



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 37ª (TRIGÉSIMA SÉTIMA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.

Aos 15 (*quinze*) dias do mês de dezembro do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 8h 30min. (*oito horas e trinta*), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 37ª (*trigésima sétima*) Sessão Ordinária Virtual da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. Francisco José de Oliveira Silva. Presentes à Sessão os Conselheiros Henrique José Leal Jereissati, Maria Elineide Silva e Souza, Leilson Oliveira Cunha, José Alexandre Goiana de Andrade, Wander Araújo de Magalhães Uchôa e Jucileide Maria Silva Nogueira. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. Ubiratan Ferreira de Andrade. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, foi aprovada a Ata da sessão anterior e a resolução referente ao processo: 1/1837/2017 – Relator: Wander Araújo de Magalhães Uchôa. Passando à **ORDEM DIA**, foram apreciados os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/4667/2018 – Auto de Infração: 1/201810846. Recorrente: FARMACE INDÚSTRIA QUÍMICO FARMACÊUTICA CEARENSE LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO RAFAEL PEREIRA DE SOUZA. Decisão: Deliberações ocorridas na 15ª Sessão Ordinária Virtual, de 17 de setembro de 2020:** “*Resolvem os membros da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar nos seguintes termos: 1. Com relação à preliminar de nulidade arguida no Parecer da Assessoria Processual Tributária, por erro na metodologia utilizada pela fiscalização – Foi afastada, por unanimidade de votos, sob o entendimento de que o agente do fisco utilizou metodologia válida e apresentou as provas necessárias a análise e comprovação da infração apontada na peça inicial, conforme manifestação oral do representante da PGE. 2. Na sequência, a Sra. Presidente concedeu vista dos autos ao Conselheiro Henrique José Leal Jereissati, que a requereu com o intuito de refazer os cálculos de apuração do ICMS devido. Esteve presente para sustentação oral, o representante legal da Recorrente, Dr. Tiago Morais Almeida Vilar.*” **Retornando à pauta nesta data, a 2ª Câmara de Julgamento resolve por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso interposto, para modificar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância e julgar parcialmente procedente o feito fiscal, reduzindo o valor do ICMS devido, conforme cálculo efetuado, decorrente do pedido de vista do Conselheiro Henrique José Leal Jereissati e aplicando a penalidade prevista no art. 123, I, “d” da Lei nº 12.670/96, conforme o voto do Conselheiro Relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. Vencidos os Conselheiros Henrique José Leal Jereissati e Leilson Oliveira Cunha que se votaram pela parcial procedência, acatando a redução no valor do imposto**

devido, mas aplicando a penalidade prevista no art. 123, I, “c”, da Lei nº 12.670/96, conforme manifestação oral do representante da Procuradoria geral do Estado. Esteve presente para sustentação oral, o representante legal da Recorrente, Dr. Tiago Morais Almeida Vilar. **Processo de Recurso nº 1/5997/2018 – Auto de Infração: 1/201814129. Recorrente: INDÚSTRIA DE CALÇADOS ALTO ESTILO EIRE. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: CONSELHEIRA JUCILEIDE MARIA SILVA NOGUEIRA. Decisão** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário e deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Quanto a preliminar de nulidade suscitada por falta de clareza e objetividade dos fatos narrados no auto de infração e ausência de provas** – Foi afastada por unanimidade de votos, diante da clareza e dos elementos apresentados pela fiscalização que possibilitaram o contraditório e a ampla defesa e que o agente do fisco apresentou provas necessárias a análise e comprovação da infração apontada na peça inicial. **2. Na sequência**, por unanimidade de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve converter o curso do julgamento do processo em realização de **perícia**, para que se verifique se as operações que se referem a “amostras grátis” atendem a condicionante do art. 6º, §8º, do Decreto nº 24.569/97, conforme Despacho a ser elaborado pela Conselheira Relatora. **Processo de Recurso nº 1/2090/2018 – Auto de Infração: 1/201803081. Recorrente: IMARF INDÚSTRIA DE GRANITOS DO CEARÁ LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: CONSELHEIRA MARIA ELINEIDE SILVA E SOUZA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Quanto à preliminar de nulidade suscitada em razão da falta de lavratura do Termo de Intimação específico, concedendo ao contribuinte prazo para que espontaneamente comprovasse a escrituração das notas fiscais no decorrer da fiscalização** – Foi afastada, por unanimidade de votos, considerando que não existe previsão para tal termo e uma vez que lavrado o Termo de Início, fica suspensa, após a ciência do contribuinte, o direito à espontaneidade. **2. No mérito**, por unanimidade de votos, a 2ª Câmara resolve dar parcial provimento ao recurso interposto, para modificar em parte a decisão condenatória exarada em 1ª Instância e julgar **parcialmente procedente** a acusação fiscal, em razão da redução do valor lançado no auto de infração e aplicando a penalidade prevista no art. 123, III, “g”, da Lei nº 12.670/96, na sua redação originária, nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. Ausente momentaneamente, por motivo justificado, o representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/2092/2018 – Auto de Infração: 1/201803085. Recorrente: IMARF INDÚSTRIA DE GRANITOS DO CEARÁ LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO HENRIQUE JOSÉ LEAL JEREISSATI. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Quanto à preliminar de nulidade suscitada por cerceamento do direito de defesa** – Afastada, por unanimidade de votos, sob o entendimento que o auto de infração está claro quanto à infração denunciada e que o contribuinte não teve dúvida quanto ao fato que lhe é imputado, pois desde o início exerceu o seu direito de defesa, apresentando impugnação e recurso ordinário, atacando os fatos que serviram de fundamento para a autuação. **2. No mérito**, por unanimidade de votos, a 2ª Câmara resolve negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, Ausente momentaneamente, por motivo justificado, o representante da Procuradoria Geral do Estado. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 16 de dezembro do corrente ano, às 8h30min. (*oito horas e trinta minutos*). E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 2ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da

Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco José de Oliveira Silva
PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

Silvana Rodrigues Moreira de Souza
SECRETÁRIA DA 2ª CÂMARA